

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Mirou na União Europeia...

O projeto de reciprocidade aprovado na Câmara e no Senado começou a ser escrito ainda no governo Jair Bolsonaro, quando o senador Zequinha Marinho reclamou na Frente Parlamentar do Agro (FPA) que a União Europeia está exigindo demais do Brasil em relação à preservação ambiental e que o Brasil deveria cobrar o mesmo. Foi então que o ex-diretor do Pensar Agro João Henrique Hummel fez um rascunho e entregou ao senador.

... e acertou em Trump

O que a FPA não esperava era que hoje a proposta valeria muito mais para o governo Donald Trump, nos Estados Unidos, do que para os europeus, que, diante das tarifas do governo estadunidense, voltam o olhar para o Brasil. A proposta de reciprocidade, porém, é o último recurso. Quase que “uma bomba”. Só deve ser usada quando não houver alternativa de negociação.

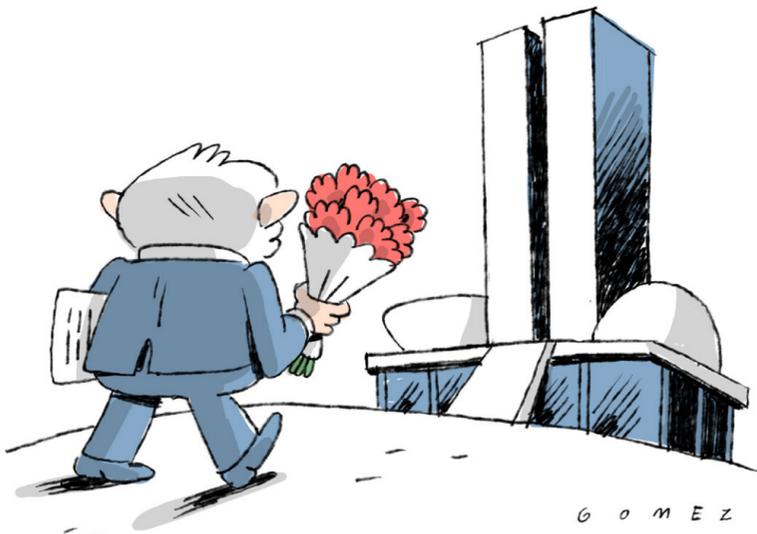
Por falar em FPA...

Era visível o constrangimento de muitos na Frente Parlamentar do Agro pela necessidade de suspender a obstrução em prol do projeto de anistia para poder aprovar a proposta de reciprocidade. Seu presidente, deputado Pedro Lupion, chegou a dizer, com todas as letras, que não queria atrapalhar a obstrução pela anistia aos enroscados no 8 de janeiro de 2023, mas que era preciso abrir uma exceção. Porém, para muitos, criou-se um precedente que, certamente, terá outros capítulos.

Aí, não

Tem gente na Câmara querendo misturar o caso do deputado Glauber Braga (PSol-RJ), que bateu num influenciador dentro do Parlamento, com o do deputado Chiquinho Brazão, preso, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Parlamentares à esquerda — e também à direita — estão indignados. Há quem diga que não dá para colocar os dois casos no mesmo dia nem misturar as duas estações.

Impopular, Lula vai ao Parlamento



O gesto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de ir para uma conversa política na residência oficial do Senado, em vez de chamar os líderes ao Palácio da Alvorada, está diretamente ligado à necessidade que ele tem, hoje, do Congresso, para tentar reverter a curva descendente de popularidade. A prioridade do governo, conforme o próprio presidente relatou aos líderes que compareceram à casa do atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais. Os líderes da base estão dispostos a ajudar e acreditam que é o tipo de projeto difícil de votar contra, embora tenha tudo para sofrer alterações, conforme o leitor da coluna já sabe.

» » » »

Tempo rei/ A avaliação interna é de que, até a eleição, é possível reverter. O problema, mais emergencial nesse quesito é manter e atrair apoios. Nesse sentido é que o presidente retoma as conversas com os senadores e fará um encontro semelhante com os deputados.

CURTIDAS

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Vitrine do bem/ Apontado como futuro relator do projeto de isenção do IR, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (foto) já é tratado como “o cara” que cuidará dessa proposta. O que se diz na Casa é que, “se ele quiser, é dele”. E seus aliados apostam que o parlamentar não recusará. Ele foi um dos que acompanharam o presidente Lula à Ásia na semana passada, ao lado do presidente da Câmara, Hugo Motta.

Tem para todos/ Ao mesmo tempo em que dão como certa a Federação PP/União Brasil, muitos políticos do partido duvidam que o colegiado siga em bloco em torno de uma candidatura presidencial. A preços de hoje, tem um grupo com Ronaldo Caiado, outro com Lula e um terceiro à espera do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Lançado pelo PL/ O senador Jorge Seiff (PL-SC) elogiou ontem seu colega, o senador Efraim Filho (União-PB). “Efraim, nosso próximo governador da Paraíba”, disse sorrindo. O senador paraibano riu e agradeceu.

CONGRESSO

Oposição sofre nova derrota

Deputados fracassam na tentativa de atrapalhar os trabalhos na Câmara e de pautar projeto para anistiar golpistas do 8/1

» ISRAEL MEDEIROS

Em mais um dia de atuação frustrada na Câmara, a oposição falhou em convencer o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar a urgência do projeto que anistia os envolvidos no 8 de Janeiro e que pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), passou a fazer cobranças públicas a Motta para pautar o texto.

O presidente da Câmara, no entanto, não dá sinais de que vai ceder à pressão e também deixou claro que não deixará os deputados da oposição emparedados a qualquer custo. No fim da tarde de ontem, parlamentares

bolsonaristas organizaram uma coletiva de imprensa no Salão Verde, que, em tese, contaria com a presença de parentes dos presos no 8 de Janeiro. Quando Sóstenes Cavalcante chegou ao microfone, no entanto, disse que Motta havia proibido que os familiares falassem com a imprensa no local.

“Aqui, numa coletiva, eu jamais pensava que a gente teria algum tipo de censura. (...) Eu nunca esperava que na casa do povo, na hora de uma coletiva de imprensa que quem mais deveria ter protagonismo (não pode ser ouvido)”, disse o deputado a jornalistas.

Sem conseguir a permissão de Motta, a solução encontrada foi levar a imprensa para outro

local da Câmara, onde mulheres e crianças posaram para fotos e gritaram palavras de ordem a favor da aprovação da anistia.

O líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), apresentou a Motta, ontem, um documento com supostos abusos e irregularidades nas prisões dos extremistas. Sem conseguir uma audiência com o presidente da Casa, o parlamentar o abordou no plenário, enquanto Motta presidia a sessão, para entregar a ele o documento e fazer fotos para publicar nas redes sociais. Ele ainda protocolou um pedido de habeas corpus coletivo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para rever as prisões dos golpistas.

Entre os pedidos feitos no documento, está a possibilidade de conceder aos demais réus do 8 de Janeiro o benefício dado pelo ministro Alexandre de Moraes à cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que ficou famosa por pichar a Estátua da Justiça, no STF com batom. No caso daqueles que já foram condenados e cumprem pena definitiva, o líder da oposição pediu a concessão de prisão domiciliar.

Pressão

Na sessão que aprovou o projeto de reciprocidade econômica (leia reportagem na página 8), Sóstenes havia orientado sua bancada a obstruir a votação. Essa prerrogativa permite que

os deputados não votem, o que pode atrapalhar ou atrasar o aval a medidas na Casa, já que o PL tem 92 parlamentares.

Durante a sessão, no entanto, o líder foi pressionado tanto pela bancada do agro quanto por governistas — estes acusaram o PL de atuar contra os interesses do país e do agronegócio — e voltou atrás: decidiu orientar sua bancada a votar a favor da aprovação do texto.

“Para homenagear o agronegócio do Brasil, na figura do presidente da FPA, deputado Pedro Lupion, mudamos a orientação para sim, porque não vamos boicotar quem mais produz, quem deveria ser respeitado por esse desgoverno, que não respeita o agronegócio brasileiro”, afirmou.

» Moraes nega prender Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, arquivou o pedido de prisão preventiva contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele seguiu o entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão argumentou que os autores do pedido de detenção — dois advogados — não têm legitimidade para fazer essa solicitação diretamente à Corte. Os advogados sustentaram que o réu teria tentado “obstruir a Justiça” ao convocar atos pró-anistia aos golpistas do 8 de Janeiro.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O processo contra o deputado Glauber Braga foi aberto no ano passado

Relator pede cassação de Glauber Braga

Em sessão tumultuada na Comissão de Ética da Câmara, o deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) apresentou relatório favorável à cassação do mandato do deputado Glauber Braga (PSol-RJ). O processo, que dura quase um ano, começou depois que o parlamentar expulsou da Câmara, aos empurrões e chutes, o militante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel Costenaro.

Segundo deputados do PSol ouvidos pelo Correio, a recomendação de perda de mandato pegou a bancada de surpresa.

O que se esperava era que, com a troca no comando da Câmara, o relator recomendasse apenas uma suspensão do mandato.

Na sessão, os deputados também fizeram comparações com o caso de Chiquinho Brazão, apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ), que já teve sua cassação aprovada pela comissão, mas segue com mandato.

“Por mais que o deputado Glauber argumente que repeliu uma injusta agressão, percebe-se nitidamente que ele não agiu de forma moderada, uma vez que Gabriel Costenaro não o agrediu fisicamente em nenhum momento e sequer reagiu às agressões praticadas pelo representado”, afirmou o relator. Magalhães também disse ter sido ofendido pelo deputado, já com o processo em andamento, assim como o ex-presidente da

Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Ao apresentar sua defesa, Glauber dobrou a aposta. Reiterou as críticas a Magalhães e voltou a chamar Lira de “bandido”. “Quem escreveu o seu relatório foi Arthur Lira”, disse Glauber, sem apresentar provas. O deputado se defendeu dos apontamentos feitos pelo relator e disse que o militante do MBL tinha histórico de perseguição contra ele e contra colegas. Também afirmou que, na ocasião, Costenaro ofendeu sua mãe.

Após pedido de vista, a comissão só retomará o caso na próxima semana. Se o parecer for aprovado, o tema vai a plenário. Para que a cassação seja avaliada, são necessários os votos favoráveis de 257 de 513 deputados.

O Correio procurou Lira para comentar o assunto, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. (IM)



A defesa da honra da minha mãe era para mim uma obrigação de vida. (...) Eu não sei como é que minha cabeça ficaria se eu não tivesse, naquele momento, feito a defesa da honra dela e me acovardado. Minha mãe, que veio a falecer no mês seguinte”

Glauber Braga (PSol RJ), deputado